



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 179/20, PARA APURAR A EXTINÇÃO DOS LEITOS PSIQUIÁTRICOS, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 9h44min do dia 21/9/20, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Fernando Borja e com a presença do vereador Reinaldo Gomes, e com a presença remota dos vereadores Dr. Bernardo Ramos e Wesley Autoescola, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 179/20, de autoria dos vereadores Jair Di Gregório, Autair Gomes, Bim da Ambulância Dr. Bernardo Ramos, Fernando Borja, Fernando Luiz, Irlan Melo e Jorge Santos, da vereadora Marilda Portela, e dos vereadores Pedro Bueno, Preto, Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes e Wesley Autoescola, com o objetivo de “apurar os seguintes fatos: a extinção de leitos para internação de pacientes com quadro psiquiátrico grave; o comprometimento do protocolo de cooperação firmado pelo Município de Belo Horizonte com a Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG - para tratamento de saúde mental aos usuários do SMSA/SUS-BH, em decorrência do encerramento das atividades do Hospital Galba Velloso e de restrições de internação no Instituto Raul Soares”. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Constatou-se a ORDEM DOS TRABALHOS: I - Aprovação de Ata: não prevista. II - Reunião com convidados, com a finalidade de “receber informações acerca da extinção de leitos para internação de pacientes com quadro psiquiátrico grave no Hospital Galba Velloso e restrições de internação no Instituto Raul Soares e seus desdobramentos na saúde mental de Belo Horizonte”. Estavam presentes também na reunião, como convidados: a psiquiatra Paula Aparecida Gomes; o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

psiquiatra Diego Tinoco Rodrigues; a psiquiatra Dagmar de Fátima Abreu; o psiquiatra Lauro Eustáquio; a assistente social Rute Alves de Lima; a enfermeira Maria Laura Jesus Oliveira; a enfermeira Maria da Conceição Dias de Assis Lacerda; o técnico de enfermagem Ivanir Alves da Silva; a representante da Comissão de Saúde Mental da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais - OAB/MG, Luciana Chamone Garcia, conforme o Requerimento de Comissão nº 658/20, de autoria do vereador Fernando Borja. Paula Aparecida Gomes, presente em plenário, disse que o fechamento do Hospital Galba Veloso partiu da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH; e apresentou denúncias da falta de médicos presentes nos Centros de Referência em Saúde Mental - Cersams - e, inclusive, da prescrição de medicamentos sem atendimento presencial ao paciente. Refutou a afirmação de que o Hospital Galba Veloso foi fechado este ano sob a justificativa de que não era utilizado; e afirmou que, neste ano, na época do Carnaval, esse hospital estava com lotação máxima. Ponderou que o alto escalão da Prefeitura faz parte de um grupo denominado “luta anti manicomial”, mas, na verdade, é contra a internação hospitalar. Disse que a permanência de pacientes nos Cersams é uma internação velada, sem médicos. Denunciou que, nos Cersams, médicos são coagidos a prescrever medicamentos em outras unidades sem atendimento direto ao paciente. Denunciou que não há médicos nos Cersams durante à noite, mas existe a internação de pacientes, mesmo nessa situação. Disse que, pelo menos 30% dos leitos, no Galba Veloso e no Hospital Raul Soares, são usados por pacientes encaminhados pela PBH. Afirmou que o Cersam não é um hospital, mas apenas um aparelho complementar. Comentou o sistema de prontuários eletrônicos da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - Fhemig, o SIGH. Disse que receberam, em 23/3/20, uma notícia veiculada pelo WhatsApp, que dava 48 horas para a desocupação das instalações o Hospital Galba Veloso, porque ele seria fechado. Denunciou que os pacientes foram transportados em vans para o Hospital Raul Soares. Disse que o transporte foi feito com apoio de terapeutas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ocupacionais, visto que os enfermeiros e técnicos em Enfermagem se recusaram a participar desse procedimento, como fora determinado. Disse que a justificativa para o fechamento do Galba Veloso seria a de que, para utilizar os leitos para pacientes de covid-19, mas ponderou que o Hospital Ortopédico funciona próximo ao Hospital Galba Veloso e poderia ter sido utilizado para essa finalidade. Denunciou que existe uma orientação da PBH de que não haja internação e que o atendimento seja feito somente nos Cersams. Questionou a posição da Prefeitura por meio do gestor Fernando, de que o paciente psiquiátrico nunca deveria ser internado, contrariando estudos mundiais. Denunciou que teve notícias de ocorrência de óbitos em Cersam, mas ressaltou que não tem dados sobre esse tipo de ocorrência. Ponderou que a internação no tratamento psiquiátrico é, em alguns casos, uma necessidade. Afirmou que Belo Horizonte tem deixado seus pacientes psiquiátricos sem o devido atendimento. Diego Tinoco Rodrigues, presente em plenário, disse que a justificativa para o fechamento do Hospital Galba Veloso seria relacionada a direitos humanos; e que a internação de pacientes psiquiátricos seria uma forma de prisão. Ponderou que a lógica é outra e que é um direito do ser humano o acesso aos serviços públicos e que o acesso à saúde é um direito humano universal. Afirmou que o Hospital Galba Veloso vinha buscando sempre a humanização de seu atendimento, para garantir a qualidade dos serviços prestados. Comentou a legislação atual sobre tratamento psiquiátrico, dizendo que ela prevê, sim, casos de internação, sendo voluntária, compulsória ou involuntária. Denunciou que mais de 1000 (mil) leitos psiquiátricos foram extintos nos últimos anos, em Minas Gerais. Afirmou que, se existem pacientes que permanecem nos Cersams durante a noite, deve haver médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem em número suficiente para o atendimento desses pacientes. Denunciou que a taxa de ocupação do Hospital Galba Veloso esteve acima de 80% no ano passado e que não procede a justificativa de ociosidade desse hospital. Comentou a política de atendimento ao paciente psiquiátrico em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte e criticou a falta de acessibilidade e de universalidade no atendimento psiquiátrico no Município. Comentou a existência de servidores da PBH cedidos à Fhemig e cobrou esclarecimentos sobre essas cessões. Reafirmou que acabar com os hospitais psiquiátricos é contrário aos direitos humanos e que tal postura significa negar atendimento às pessoas que precisam de atendimento. Comentou a luta antimanicomial e ponderou se esse seria um movimento ideológico de saúde ou político. Lauro Eustáquio, de forma remota, disse que trabalha no Hospital Raul Soares e que esse hospital está lotado desde que receberam os pacientes do Galba Veloso; e que não tem vagas para receber os pacientes sendo referenciados do interior do Estado de Minas Gerais. Indagou quem irá assumir a responsabilidade pelos pacientes que estão tendo o atendimento negado por falta de vagas. Afirmou que o fechamento do Hospital Galba Veloso ocorre por interferência da PBH. Comentou que existem vagas para psiquiatras nos Cersams e nos postos de saúde em Belo Horizonte, mas observou que os profissionais não desejam trabalhar nesses locais por causa da política de vedação a internações. Dagmar de Fátima Abreu elogiou a atuação da CMBH no cumprimento de suas obrigações nesse momento. Disse que é médica psiquiatra da Fhemig, que esteve na direção clínica do Hospital Galba Veloso e foi gestora do Centro de Acolhimento de Crises do Hospital Galba Veloso. Explicou o funcionamento do Centro de Acolhimento de Crises. Comentou que o Sistema Único de Saúde - SUS - deve garantir atendimento a todos e que atende principalmente os menos favorecidos e mais vulneráveis na sociedade. Criticou as alterações ocorridas na última gestão do Hospital Galba Veloso e lembrou que, durante o ano de 2019, a taxa de ocupação do hospital era acima de 80%. Disse que, em março de 2020, foi solicitada a desocupação de duas alas para preparar a alocação de pacientes psiquiátricos em isolamento por proteção contra a covid-19. Ponderou que essa medida foi apoiada pela equipe técnica e que isso levou à diminuição da ocupação do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

hospital. Disse ter-se manifestado surpresa com a comunicação recebida depois, ainda em março de 2020, de que os pacientes deveriam receber alta ou serem transferidos para que o Galba Veloso passasse a ser retaguarda para a covid-19. Lembrou que havia diversos outros hospitais com instalações ociosas que poderiam ser usadas para essa finalidade e que não havia necessidade de desativar o Hospital Galba Veloso e esvaziá-lo de suas funções. Indagou ainda a razão de as atividades do Hospital Galba Veloso não terem sido retomadas, já que ele não está sendo usado para pacientes com covid-19. Maria Laura Jesus Oliveira, presente em plenário, disse ser enfermeira do Hospital Galba Veloso e informou ter recebido a comunicação, por WhatsApp, de que o hospital seria fechado e que os pacientes deveriam receber alta ou ser transferidos, porque o hospital seria fechado para reforma. Informou que os servidores não haviam sido informados do motivo e que cobraram explicações da diretora da unidade e da Fhemig. Denunciou que não houve comunicação oficial sobre o fechamento do hospital e que, por isso, os médicos e enfermeiros se recusaram a participar da transferência de pacientes. Denunciou que 12 pacientes foram transferidos para o Hospital Raul Soares em uma van, com o apoio de apenas 3 terapeutas ocupacionais. Afirmou que terapeutas ocupacionais não são profissionais capacitados para o transporte de pacientes. Afirmou que a transferência dos pacientes ocorreu de forma abrupta e sem respeito à subjetividade e aos direitos dos pacientes. Informou que foi instaurado inquérito pelo Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, para apurar abusos nessa transferência de pacientes. Informou que somente agora, em agosto, foram iniciadas obras no Hospital Galba Veloso, o que refuta a urgência no esvaziamento desse hospital. Ponderou que aproveitaram o momento de pandemia para fechar o hospital com base em uma ideologia radical de luta antimanicomial. Lembrou que todo profissional, hoje, é contra a ideia de manicômio, mas não cabe nesse contexto uma posição radical de vedar atendimento por internação. Disse que o fechamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Hospital Galba Veloso foi acompanhado pelo Conselho Municipal de Saúde e que esse conselho emitiu notas de repúdio contra os servidores do hospital por, supostamente, dificultarem a saída dos pacientes. Às 12h7min, o presidente prorrogou a reunião por mais uma hora. Maria Laura Jesus continuou sua exposição, alertando que existe intenção de fechar também o Hospital Raul Soares. Comentou manifestações de gestores da Prefeitura e do Estado, que alegam que a PBH não quer pagar pela contratação de leitos psiquiátricos e, por isso, o Hospital Galba Veloso foi fechado pelo Estado. Indagou se essa posição seria uma questão puramente ideológica ou se haveria também o aspecto financeiro de redução de custos. Afirmou que não houve comunicação formal alguma para os servidores, nem para a população, sobre o fechamento do hospital. Disse que, posteriormente, os servidores se recusaram a seguir as ordens de fechamento sem uma comunicação por escrito; e que somente após esse fato foi emitido um ofício para servidores. Complementou que houve ordens veladas de recusar a internação de pacientes e que famílias e pacientes foram barrados na portaria ao buscarem atendimento, sob a justificativa de que o hospital estaria encerrando suas atividades. Ivanir Alves da Silva, por meio remoto, informou ter sido técnico em Enfermagem no Hospital Galba Veloso. Lembrou seu tempo de trabalho nesse hospital e comentou os problemas verificados na transferência dos pacientes e no fechamento da instituição. Enfatizou a qualidade do serviço prestado pelo Hospital Galba Veloso. Rute Alves de Lima, de forma remota, informou que atua em Sete Lagoas e explicou as situações em que o paciente era encaminhado para internação no Hospital Galba Veloso. Comentou que os serviços de atenção à saúde mental, no Município de Sete Lagoas, não têm estrutura adequada para atendimento a esse tipo de demanda; e que o Hospital Galba Veloso era a referência. Denunciou que é uma violação dos direitos humanos a negativa de atendimento de urgência na área psiquiátrica. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trabalhos às 12h32min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia ____/____/____, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p>____/____/____</p> <p>_____</p> <p>Presidenta/Presidente</p>
--